



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

EDUCAÇÃO E A (IN) VISIBILIDADE DA HOMOFOBIA

Maria Layse Vicente

Maria José Marcelino da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

esyal.ml@gmail.com

mj.marcelino@bol.com.br

Resumo: A homofobia é caracterizada por atitudes de ignorância, preconceito, agressões físicas e/ou psicológicas, e falta de respeito aos homossexuais. O presente artigo visa abordar aspectos da homofobia no âmbito escolar como também a omissão de temas como diversidade sexual e de gênero no currículo escolar, sendo esta uma forma de ocultamento da homofobia. Tornando-se assim um meio de disseminação da homofobia, por meio de agressões verbais e/ou físicas direcionados a estudantes que não se adéquam a “heteronormatividade” que é tida como sexualidade universal. Apesar de vários livros e artigos relacionados ao tema, a discussão da homofobia em âmbito escolar é ainda prematuro, tornando-se necessário a ampliação de diálogos no ambiente escolar de forma enviesada e em todas as disciplinas. E sendo um ambiente de formação de sujeitos, deve estar livre de quaisquer tipos de preconceito, proporcionando um ambiente acolhedor.

Palavras-chave: Educação, Homofobia, Serviço Social.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

1. Introdução

O presente artigo propõe uma discussão e investigação a cerca de atitudes homofóbicas na escola bem como que medidas devem ser tomadas pela escola para a superação do “bullying homofóbico”. Propõe também uma reflexão sobre que consequências físicas e psicológicas essa homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia podem acarretar na vida de alunos e alunas.

A inquietação e desejo de abordar este tema surgiu a partir do estágio supervisionado em Serviço Social no Centro Estadual de Referência e Direitos de LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba (Espaço LGBT). Tendo como objetivo a verificação por meio de levantamento bibliográfico disponíveis em livros, artigos e pesquisa na internet, quais são as principais expressões de homo-lesbo-trans-bifobia no âmbito escolar, analisando quais os avanços e obstáculos a cerca da discussão sobre diversidade sexual dentro da escola. Assim como refletir sobre o papel desenvolvido por professores na abordagem de temas como sexualidade, diversidade de gênero e combate à homofobia.

2. Sexualidade e educação

O Governo Federal lançou em 2004 o programa Brasil sem Homofobia que tem por objetivo o combate a violência e o preconceito contra a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), o programa enfatiza a formação de educadores voltados para abordar questões de gênero e sexualidade, surgindo a partir disso o projeto Escola sem Homofobia intitulado pejorativamente como “kit gay”. O material foi elaborado e financiado pelo Ministério da Educação através de recursos aprovados por Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa.

O Projeto Escola sem Homofobia visa contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro (Escola sem homofobia, p. 07).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Em 2011 a bancada conservadora e fundamentalista do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto acusando o “kit gay” como um incentivo ao homossexualismo e a promiscuidade. O Governo acabou cedendo as acusações suspendendo assim o projeto.

A escola não é vista como lugar adequado para se falar em sexualidade, sendo por tanto um espaço por muitas vezes segregado, havendo uma separação por sexo em aulas de educação física – nos esportes atribuídos a meninos e meninas. Sendo, portanto a escola reprodutora de diferenças, distinções e desigualdades separando assim os sujeitos por meio de mecanismos de classificação e hierarquização tornando-se diferente para os ricos e para os pobres e conseqüentemente separando meninos de meninas. A autora Guacira Lopes Louro (1997, p, 58) deixa evidente o papel da escola na seguinte afirmação:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos.

A construção dos sujeitos é permeada por um processo de “fabricação” contínuo e sutil, muitas vezes imperceptível. Sendo produzido principalmente no nosso cotidiano, nas práticas rotineiras e comuns como também nos gestos e nas palavras banalizadas. Devemos, pois desconfiar do que é tido como natural. Como por exemplo, “meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas, que a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo” (Louro, 1997, p. 63).

A escola ao ocultar e/ou não falar sobre relações homossexuais – e da homossexualidade – é uma maneira de que não se desperte o interesse dos demais alunos e alunas “normais” garantindo assim a “norma” predominante. E o não diálogo sobre a homossexualidade em sala de aula acaba por gerar bullying homofóbico através de gozações e insultos a jovens gays, lésbicas e transexuais.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A sexualidade humana vive sobre forte vigilância e censura as quais se orientam pela “normatividade” representada pela heteronormatividade. A preocupação com a sexualidade não é discutida de forma aberta no processo de escolarização, Louro (1997, p. 80) aborda em seu livro essa questão da seguinte maneira: “Indagados/as sobre essa questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: ‘em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área’, ou então, ‘nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos’”. Tornando assim a escola reprodutora das concepções de gênero e sexualidade implícitos pela sociedade. A autora ainda afirma que a sexualidade é algo que não tem um dispositivo liga/desliga, por tanto a sexualidade está presente nas escolas pelo simples fato de ser constituinte dos sujeitos.

[...] a Escola, a despeito do que se creia, é sim um espaço onde a sexualidade se manifesta e mais, onde se produzem comportamentos, onde se instigam ou superam preconceitos, onde se difundem conhecimentos e valores. E a Escola, com seu papel formativo, tem sobre si uma enorme responsabilidade, proporcional aos seus desafios, no que diz respeito à superação dos preconceitos e à defesa irrestrita dos direitos humanos. (Bortolini et al, 2014, p. 14)

Sendo assim a escola além de transmitir e produzir conhecimentos ela também é formadora de sujeitos, produzindo identidades étnicas, de classe e de gênero, muitas vezes essas identidades são produzidas em meio a relações de desigualdade, as quais a escola mantém a manutenção de uma sociedade dividida e nós como sujeitos fazemos parte desse processo.

A escola é sem dúvidas um ambiente de aprendizagem sobre comportamentos de gênero, portanto faz-se necessário que a escola perceba que ela já fala sobre sexualidade e repensar as práticas de ensino e aprendizagem. É preciso sair do âmbito biológico o qual fica designado a um professor de “ciência” a tarefa de abordar o tema. E que passe a abranger a sexualidade em diferentes momentos e sob diversas perspectivas abarcando diversos aspectos além do biológico, como por exemplo, o sociológico, o cultural, o afetivo, etc.

Sabemos que sozinha, a escola não será capaz de combater o preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Mas não podemos perder de vista que o ambiente



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

escolar é o local mais promissor para por fim à homofobia. Preconceito e discriminação são práticas comuns e corriqueiras no âmbito escolar que traz consequência e, muitas vezes, marcas indeléveis pessoais e sociais na vida de homossexuais.

Nas palavras de Lionço e Diniz (2009, p. 9)

A função da educação não se reduz à transmissão formal de conhecimentos, sendo a escola um espaço público para a promoção da cidadania. O Estado democrático de direito assegura o reconhecimento da diversidade de valores morais e culturais em uma mesma sociedade, compreendida como heterogênea e comprometida com a justiça e a garantia universal dos direitos humanos e sociais. A vivência escolar permite a apresentação da realidade social em sua diversidade.

De acordo com Venturi, metade dos brasileiros que nunca frequentou a escola assume comportamentos homofóbicos, apenas um em cada dez brasileiros que cursaram o ensino superior apresentam o mesmo comportamento. Nesse sentido, o pesquisador afirma que além de ser um espaço para convivência com as diferenças, a escola pode promover o debate de forma educadora e transformar a percepção de preconceitos arraigados à população.

Ainda segundo Venturi, o índice de homofobia entre os rapazes com idade entre 16 e 17 anos, 47% dos entrevistados admitiram preconceito contra gays, lésbicas, travestis. O que reafirma a importância da inserção de ações voltadas para a quebra do preconceito na escola. Também foram entrevistados 413 homossexuais ou bissexuais com mais de 18 anos em todas as regiões brasileiras e a escola foi apontada por eles como um dos locais onde mais sofreram discriminação.

A homofobia é reproduzida também nas famílias, e esses elementos de intolerância, que aparecem através de apelidos pejorativos, descaso e ofensas, causam um grande sofrimento mental nessas pessoas. De acordo com Carvalho, Andrade e Junqueira (2009, p. 24) diz que a homofobia é o termo comumente utilizado para definir o medo, o desprezo, a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

desconfiança, o ódio, a hostilidade e a aversão em relação à homossexualidade e às pessoas homossexuais ou identificadas como tais.

A solidão é um efeito marcante da homofobia. O recolhimento, a impossibilidade de partilhar experiências ou a exclusão do grupo escolar comprometem a meta educacional de promoção da convivência democrática. Travestis e transexuais são especialmente vulneráveis à exclusão do espaço escolar, o que repercute negativamente em suas oportunidades sociais e profissionais, tendo como consequência o reforço de estereótipos que os estigmatizam: é o caso da prostituição, que, embora associada em termos essencialistas à condição dessas pessoas, resulta da exclusão escolar e familiar. (Lionço e Diniz, 2009. p. 11-12).

Constata-se que muitos adolescentes que começam a reconhecer desejo por pessoas do mesmo sexo se sentem constrangidos e envergonhando em compartilhar com os amigos ou pessoas próximas. Por sua vez, esses também não encontrando na escola ou no(a) professor(a) uma referência para compartilhar suas dúvidas sobre sexualidade, pois os mesmos costumam fugir do assunto em sala de aula, sendo muitas vezes coniventes com os atos de preconceito e discriminação em sala de aula.

Entende-se a prática discriminatória como a valoração das diferenças de modo a promover desigualdades ou prejuízos para as partes desqualificadas. A educação é uma ferramenta política emancipatória, que deve superar processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela reafirmação da ética democrática.

Na Paraíba é possível perceber a existência de ações pontuais no que diz respeito a inserção do tema educação e homofobia no âmbito escolar, seja no processo de formação dos profissionais da educação ou no próprio processo de formação do alunado. Nesse sentido, podemos citar o projeto de Relações Etnorraciais e Combate à Homofobia no Contexto Escolar realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), durante o mês de agosto, através da Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial, em parceria com as Coordenadorias de Educação e Cultura (Sedes), visa sensibilizar para o



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

combate e enfrentamento do racismo, da intolerância religiosa e a homofobia no âmbito escolar. Nas oficinas realizadas em diversas escolas municipais de João Pessoa foram desenvolvidas atividades consideradas importantes para o processo de construção de uma cultura de respeito e tolerância as diversidades sexuais, raciais e religiosas, entre elas encontram-se: realização de oficinas de sensibilização com professores e funcionários; promoção de palestras e seminários para professores, funcionários e familiares das crianças e adolescentes; criação de um Plano Pedagógico, com a participação dos estudantes, voltado para o combate ao racismo e homofobia; elaboração de uma cartilha educativa, entre outras.

Em maio de 2012, foi realizado o II Seminário Preconceito e Estereótipos na Educação e Saúde, promovido pela prefeitura de João Pessoa, este teve como objetivo principal debater sobre os preconceitos relacionados à orientação sexual e etnia no ambiente da educação formal. O evento contou com a participação de profissionais de educação, saúde, assistência social e estudantes de licenciaturas e pedagogias, além de lideranças de movimentos sociais.

Ainda nesse sentido, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Secretário Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres (SEPPM) e da Secretária de Educação e Cultura (Sedec), em parceria com a Universidade Federal da Paraíba e o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero (Nipam), realizaram durante o mês de dezembro de 2014, o Seminário “Gênero e Diversidade: da Escola às Políticas Públicas”. Objetivo principal trabalhar a formação e reflexão dos participantes sobre os temas gênero e diversidade com os professores de escolas públicas.

Durante o mês de novembro e dezembro 2012, foi oferecido um curso de formação “Diversidade Sexual e Direitos Humanos” para professores da rede estadual da Paraíba. Este teve como objetivo proporcionar aos professores conteúdos que propiciem a valorização humana em suas práticas educativas. Temas como: Movimentos sociais, ações políticas e afirmação da cidadania LGBT, Dinâmicas de hierarquização e reflexos sobre os processos de exclusão na escola, Diversidade sexual e formação docente, Plano político pedagógico e o



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

enfrentamento à discriminação na escola; Educação em e para os direitos humanos, entres outros compuseram a linha de discursão do evento. O curso foi realizado por meio de uma parceria entre a UFPB e a Secretário de Estado da Educação (SEE), que envolveu a Gerência Operacional de Integração Escola/ Comunidade (GOIESC), com o apoio da 1ª GRE de João Pessoa e da 3ª GRE de Campina Grande.

Não podemos negar a importância dessas ações, mas vemos que são pontuais e que não atinge toda a população, não como devia. Essas não são capazes de ir de encontro com o preconceito e discriminação existentes no espaço escolar.

3. Serviço Social na luta como o preconceito e a homofobia

É papel dos Assistentes Sociais lutar pela garantia e viabilização do acesso de todos e todas aos direitos sociais presentes na Constituição Federal de 1988. Temos presente no nosso Código de Ética a defesa intransigente da liberdade, autonomia, diversidade da pessoa humana e a luta contra a discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e etnia. Nesse sentido, o Serviço Social vem incorporando de forma acentuada a luta pelos direitos da população LGBT.

O conjunto CFESS/CRESS vem desenvolvendo campanhas, ações e aprovando resoluções que contribuam para superar preconceitos e violações de direitos, na luta por uma sociedade livre de quaisquer formas de exploração, opressão e discriminação. Entendemos que participação da categoria nos movimentos sociais, inclusive do LGBT, fortalece a luta por uma sociedade livre.

A Campanha Pela Livre Orientação e Expressão Sexual “O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito”, realizada em 2008 em parceria com o Instituto em Defesa da Diversidade afetivo-sexual (DIVAS); Liga Brasileira de Lésbica (LBL); Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travesti e Transexuais (ABGLT), que culminou na publicação da Resolução nº



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

489/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do/a Assistente Social é exemplo do compromisso da categoria profissional com este segmento. Outra resolução aprovada pelo CEFSS, e não menos importante, é a de nº 615/2011, que possibilita a assistente sociais travestis e transexuais o uso do nome social na carteira e na cédula de identidade profissional, além de substituir, no princípio do código de ética profissional o termo opção sexual por orientação sexual e identidade de gênero, em sintonia com as demandas do movimento LGBT, evitando assim o constrangimento que passam essas pessoas de ser chamado pelos seus nomes civis em locais de atendimento público.

A luta contra a discriminação ao segmento LGBT é uma questão de direitos - direito ao respeito à dignidade humana como consta na Carta Magna. E contrariar este direito significa abrir brecha para que a intolerância e o preconceito banalizem a violência vivenciada por aqueles, cujo único desejo é o de viverem a sua sexualidade de forma plena e livre.

No entanto, vale ressaltar a importância não apenas dos Assistentes Sociais na luta contra o preconceito e a discriminação, mas é dever de todos e todas profissionais lutar por uma sociedade emancipada.

4. Considerações Finais

As escolas continuam sendo palco das mais diversas formas de preconceito, violência e opressão contra lésbicas, gays, bissexuais, travesti e transexuais, que não raras vezes acabam se desdobrando em evasão escolar, depressão e suicídio de crianças, adolescentes e jovens. A luta por uma educação inclusiva e contra a discriminação ao segmento LGBT é uma questão de direitos – direito ao respeito à dignidade humana como consta na Carta Magna. E contrariar este direito significa abrir brecha para que a intolerância e o preconceito banalizem a violência vivenciada por aqueles, cujo único desejo é o de viverem a sua sexualidade de forma plena e livre seja na escola, nas ruas ou em qualquer outro espaço social.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O veto da presidenta Dilma Rousseff ao kit de ferramentas pedagógicas do Projeto Escola Sem Homofobia representa o desrespeito com aqueles que lutam veementemente pela livre orientação sexual e expressão de gênero. A ausência de uma lei federal que criminalize a homofobia descaracteriza a violência contra a população LGBT, permitindo assim a continuidade das violações perpetradas na sociedade brasileira. Nesse sentido, entende-se que mudar a legislação é importante para que se diminuam os espaços comuns de práticas homofóbicas, o que inclui os espaços escolares.

Respeitar a livre orientação sexual e identidade de gênero é fazer valer os direitos a estes indivíduos que merecem por parte do Estado e da sociedade a inclusão social e o reconhecimento dos seus direitos como cidadãos brasileiros, excluindo toda e qualquer forma de preconceito. A homofobia não pode ser tolerada em casa, na rua e muito menos na escola. Pelo contrário a luta contra a homofobia e o preconceito deve começar desde cedo, ainda na escola. E um passo importante para isso é, sem sombra de dúvida, o investimento tanto na formação continuada para professores no tocante a temática da homossexualidade quanto em políticas públicas e ações que levem essa discussão para dentro da escola de forma didática e que o público alvo seja não somente alunos e a equipe pedagógica, mas toda a comunidade escolar.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º; título VIII – Da Ordem Social II – Da Saúde – artigos 196-200. Brasília – DF. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (Acesso em 15/02/2015).

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social. Lei 9.662/93 de regulamentação da profissão**. – 10ª Edição. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf (Acesso em: 15/02/2015)

_____. **CFESS na luta pela livre orientação e expressão sexual**. Gestão 2005-2008. Brasília, 2008. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifestalaconferencianacionalGLBTT.pdf> (Acesso em: 14/02/2015).

_____. CFESS. **Marcha reivindica aprovação de PL contra homofobia**. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/789> (Acesso em: 15/02/2015).

BORTOLINI, Alexandre et al. **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica**. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2014. 144 p.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Lionço, Tatiana; Diniz, Debora. **Homofobia & Educação Um desafio ao silêncio**. Brasília-DF, 2009.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1997. 179 p.

Governo da Paraíba. **Professores da rede estadual concluem curso de formação Diversidade sexual e direitos humanos da Paraíba**. Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/professores-da-rede-estadual-concluem-curso-de-formacao-diversidade-sexual-e-direitos-humanos-na-paraiba/> (Acesso em: 17/04/2015).

Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Estudantes aderem ao Projeto de Combate ao Racismo e Homofobia**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/alunos-das-escolas-municipais-aderem-ao-projeto-de-combate-ao-racismo-e-homofobia/> Acesso em 14 de abril de 2015. (Acesso em: 14/04/2015).

_ **Seminário discute preconceito na área da educação e saúde**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/seminario-discute-preconceitos-na-area-da-educacao-e-saude/> (Acesso em: 14/04/2015).

_ **Professores da rede municipal e da UFPB se reúne para debater gênero e diversidade**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/professores-da-rede-municipal-e-da-ufpb-se-reunem-para-debater-genero-e-diversidade/> (Acesso em: 14/04/2015).

Venturini, Gustavo. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil Intolerância e respeito às diferenças sexuais**. 2009. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/apresentacao-3> (Acesso em: 26/03/2015).